



DIÁRIO OFICIAL PORTO ALEGRE

Órgão de Divulgação do Município - Ano XXV - Edição 6369 - Segunda-feira, 26 de Outubro de 2020.

Divulgação: Segunda-feira, 26 de Outubro de 2020. **Publicação:** Terça-feira, 27 de Outubro de 2020.

Executivo - DOCUMENTOS OFICIAIS

Documentos Oficiais

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Protocolo: 303635

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA 11928406/2020 **PROCESSO 20.0.000042700-5**

Institui a forma de trabalho dos servidores no âmbito das Secretarias Municipais de Planejamento e Gestão (SMPG), da Fazenda (SMF), de Transparência e Controladoria (SMTc) e da Procuradoria-Geral do Município (PGM) durante o período de calamidade pública.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SMPG), a SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (SMF), a SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA (SMTc) e a PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO (PGM), no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 60 do Decreto nº 20.625, de 23 de junho de 2020, que decreta o estado de calamidade pública e consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no Município de Porto Alegre;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o retorno gradual ao trabalho presencial durante o período de calamidade e pública e em atenção às medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

RESOLVEM:

Art. 1º Fica determinada a realização da carga horária relativa a cada cargo em regime de trabalho presencial aos servidores da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG), da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), da Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria (SMTc) e da Procuradoria-Geral do Município (PGM), conforme segue:

I - a contar **de 03 de novembro de 2020**, assegurando-se, no mínimo, **25% (vinte e cinco por cento)** da força de trabalho presencial em cada unidade de trabalho, com a possibilidade de revezamento e realização de trabalho remoto complementar;

III - a contar **de 17 de novembro de 2020**, assegurando-se, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** da força de trabalho presencial em cada unidade de trabalho, com a possibilidade de revezamento e realização de trabalho remoto complementar.

Parágrafo único. Excetuam-se dos percentuais estabelecidos os servidores que se enquadrarem nas regras estabelecidas nos arts. 53 e 61 do Decreto nº 20.625, de 23 de junho de 2020, cuja modalidade de trabalho remoto se faz obrigatória.

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa constitui trabalho remoto a modalidade de trabalho realizado à distância, fora das dependências do órgão, com a utilização de recursos tecnológicos de informação e de comunicação.

Parágrafo único. Constitui obrigação relativa ao trabalho remoto, dentre outras, o atendimento aos processos administrativos, responder correspondências eletrônicas, mídias sociais associadas ao trabalho, telefonemas e demais solicitações à distância, conforme plano de trabalho apresentado pelas chefias imediatas.

Art. 3º Fica mantida a possibilidade de convocação dos servidores, a qualquer momento, pelos meios disponíveis de contato, para trabalho presencial, conforme a necessidade.

Art. 4º Os Titulares das Pastas signatárias do presente instrumento deverão expedir normativas complementares que estabelecerão as condições de prestação de serviço e acesso aos locais de sua execução, bem como outras as regras visando o retorno gradual ao trabalho presencial de seus servidores, considerando a natureza do serviço no período de calamidade pública, o fluxo e aglomeração de pessoas nos locais de trabalho, assegurando o cumprimento das medidas necessárias.

Art. 5º As escalas e formas de trabalho presencial e/ou remoto dos servidores lotados na Coordenação de Atendimento ao Contribuinte – CAC-SMF permanecem regidos pela IN-SMF nº 11 de 30 de setembro de 2020, não se aplicando a eles as determinações previstas nesta Instrução Normativa.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 26 de outubro de 2020.

JULIANA GARCIA DE CASTRO, Secretária Municipal de Planejamento e Gestão;
MARCO ANTONIO KARAM SILVEIRA, Secretário Municipal de Transparência;
CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA, Procurador-Geral do Município;
LIZIANE DOS SANTOS BAUM, Secretária-Adjunta da Fazenda.



[Edição Completa](#)

